



Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP

CNPJ Nº 01.377.555/0001-10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo. Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da
COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis** - A Administração da empresa **COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da ENTIDADE. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nosso opinião.

4. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

5. Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 01 de abril de 2015.

ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA
CONTADOR
CRC/RS 43890-0-9 CNAI 1076
CPF 437477870-53

PÉGASUS AUDITORES ASSOCIADOS SS
CNPJ 06.951.205/0001-39 - CVM AD 13.214/2013
CRC/RS 4.305

RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES E SENHORAS ACIONISTAS,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito em nossa Companhia durante o exercício.

Classes	2014 - Mwh	2013 - Mwh	Varição %
Residencial	41.215	38.540	6,94
Industrial	15.727	14.935	5,30
Comercial	20.051	18.908	6,04
Rural	17.527	16.314	7,43
Outros	19.570	18.913	3,47
Total	114.090	107.610	6,02

Índices Técnicos da CHESP:
O índice de perdas foi de 10,81%. O sistema de distribuição apresentou um desempenho razoável, com o índice de Duração Equivalente por Consumidor - DEC ficando em 14,12 horas e o índice de Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor - FEC em 27,05 vezes.

Investimentos:
A CHESP realizou, em 2014, investimento da ordem de R\$ 3,85 milhões em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes e outros.

Certificação:
Em 2014, a CHESP manteve a certificação dos processos de coleta de

dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, de coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição conforme a norma da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9001:2008.

Eventos:
A CHESP apoiou por meio da Lei Estadual de Incentivo a Cultura, os Projetos: "ILHA DOS ILÚS" primeiro longa-metragem de animação 2d para crianças de 4 a 8 anos de idade, e "FERIAL - Festival Rialmense da Canção" festival de premiação de músicas em três categorias: inéditas, já gravadas e infanto-juvenis, e por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte - PROESPORTE os projetos esportivos Barranca Esporte Clube, Ceres Esporte Clube, Iniciação Esportiva Jardim Sorriso e Liga Ceresina de futebol amador

Agradecimentos:
Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, consumidores, Governos Federal, Estadual e Municipais, fornecedores, prestadores de serviço, credores e, em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação.

Ceres, 31 de dezembro de 2014.

Ricardo de Pina Martin
Diretor Presidente

BALANÇO SOCIAL:

1 - BASE DE CÁLCULO

- 1.1 - Receita Líquida (RL)
- 1.2 - Resultado Operacional (RO)
- 1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)

2014			2013		
Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL	Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL
871	15,72%	2,08%	788	15,36%	2,35%
114	2,06%	0,27%	103	2,01%	0,31%
6	0,11%	0,01%	11	0,21%	0,03%
65	1,17%	0,16%	213	4,15%	0,64%
140	2,53%	0,33%	126	2,46%	0,38%
250	4,51%	0,60%	126	2,46%	0,38%
1.446	26,10%	3,46%	1.367	26,65%	4,08%
% sobre RO			% sobre RO		
18.663	483,37%	44,61%	17.392	618,93%	51,95%
18.663	483,37%	44,61%	17.392	618,93%	51,95%

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

- 2.1 - Alimentação
- 2.2 - Saúde
- 2.3 - Educação
- 2.4 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros
- 2.5 - Gratificação de Férias
- 2.6 - Outros Benefícios

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

- 3.1 - Tributos

4 - INVESTIMENTO SOCIAIS

4.1 - PROGRAMA LUZ PARA TODOS
Investimentos da União/Estado
Investimentos da Concessionária

5 - CORPO FUNCIONAL

5.1 - Nº Empregados ao Final do exercício

5.2 - Escolaridade dos empregados:

Superior com extensão universitária

Ensino Médio

Ensino Fundamental

Outros

5.3 - Faixa etária dos empregados:

Abaixo de 30 anos

de 30 até 45 anos

acima de 45 anos

5.4 - Nº Admissões durante o exercício

5.5 - Nº de mulheres que trabalham na empresa

% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total mulheres)

% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total gerentes)

5.6 - Nº de negros que trabalham na empresa

% Cargos gerenciais ocupados por negros (total negros)

% Cargos gerenciais ocupados por negros (total gerentes)

5.7 - Aposentadoria

5.8 - Portadores de deficiência física

5.9 - Dependentes dos empregados

5.10 - Estagiários

5.11 - Relação entre a maior e menor remuneração

Maior Remuneração

Menor Remuneração

5.12 - Acidente de Trabalho sem afastamento

5.13 - Acidente de Trabalho com afastamento

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:

A participação nos lucros ou resultados contempla:

Valor adicionado total a distribuir (em reais mil):

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):

Observação: Item 5.6 reclassificado de acordo com autodeclaração feita pelos empregados na atualização de dados cadastrais em 2014.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores em milhares de Reais)

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Legislação Societária 2014	2013	Legislação Societária 2014	2013
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.204	Fornecedores (Nota 17)	5.901
Consumidores (Nota 6)	8.611	Salários a pagar	371
Concessionária de Energia Elétrica - Quota CCEE	62	Encargos de dívidas	15
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(129)	Impostos e contribuições sociais (Nota 18)	2.689
Convênio Reluz e Baixa Renda (Nota 7)	164	Lucros a distribuir	1.164
Ativo financeiro - aporte CDE (Nota 8)	1.700	Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	1.813
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 9)	311	Concessionárias de energia elétrica (Nota 20)	1.165
Parcelamento com Órgãos Públicos (Nota 11)	386	Obrigações estimadas	551
Serviços em curso (Nota 12)	773	Encargos do consumidor a recolher (Nota 21)	1.414
Outros créditos (Nota 13)	782	Outras obrigações	246
Estoques	241	Total do passivo circulante	15.330
Despesas pagas antecipadamente (Nota 14)	599	NÃO CIRCULANTE	14.076
Total do ativo circulante	14.703	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
		Fornecedores (Nota 17)	0
NÃO CIRCULANTE		Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	1.416
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		Concessionárias de energia elétrica (Nota 20)	1.631
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 9)	315	Incentivos fiscais (Nota 22)	755
Parcelamento com Órgãos Públicos (Nota 11)	1.115	Credores diversos	11
Adiantamento incentivos fiscais	75	Total do passivo não circulante	3.813
Outros Créditos (Nota 15)	1.668	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Aplicação financeira vinculada a empréstimo bancário	605	Capital social (Nota 24)	7.785
Ativo financeiro indenizável (Concessão) (Nota 10)	25.976	Reservas de capital (Nota 24)	7.920
Intangível (Nota 1)	4.957	Reservas de lucros (Nota 24)	13.075
Total do ativo não circulante	34.711	Recursos destinados a Aumento de Capital	1.606
TOTAL DO ATIVO	49.414	Ações em tesouraria	(14)
		Total do patrimônio líquido	30.272
		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.414
			47.322

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores em milhares de Reais)

	Legislação Societária 2014	2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Fornecimento de Energia Elétrica (Nota 29)	55.789	48.781
Outras Receitas	4.279	1.792
Total	60.068	50.573
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(15.237)	(13.369)
PIS	(393)	(526)
COFINS	(1.812)	(2.454)
ISS	(6)	(6)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	0	(19)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(370)	(385)
Pesquisa Desenvolvimento e Eficiência Energética	(416)	(334)
Total	(18.234)	(17.093)
Receita Operacional Líquida	41.834	33.480
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Custo com Energia Elétrica		
Energia Elétrica comprada para Revenda (Nota 31)	(22.060)	(16.782)
Custo de Operação		
Pessoal e Administradores	(7.642)	(7.732)
Materiais	(766)	(738)
Serviço de Terceiros	(2.955)	(2.861)
Depreciação e Amortização	(1.519)	(1.425)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(49)	(91)
Outras Despesas	(780)	(909)
Total	(13.710)	(13.756)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros (Nota 34)	(494)	(354)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	5.570	2.588
Despesas Operacionais (Nota 35)		
Despesas com Vendas	(788)	2.351
Despesas Gerais e Administrativas	(443)	(33)
Total	(1.231)	2.318
Receita de construção da infraestrutura da concessão	3.734	2.760
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	(3.734)	(2.760)
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	45	6
RESULTADO DO SERVIÇO	4.384	4.912
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA (Nota 37)		
Receita Financeira	996	1.158
Despesa Financeira	(1.519)	(3.260)
Total	(523)	(2.102)
RESULTADO OPERACIONAL	3.861	2.810
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	3.861	2.810
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(771)	(260)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	3.090	2.550
IMPOSTO DE RENDA	(1.521)	(699)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	1.569	1.851
DEDUÇÕES AO LUCRO DO EXERCÍCIO:		
Participações (Nota 27)	(157)	(131)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	1.412	1.720
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	1.263
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.412	2.983
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - R\$	0,4645	0,9809

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Valores em milhares de reais)

Legislação Societária

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	REMUNERAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO	AÇÕES EM TESOURARIA (14)	ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA INVESTIMENTOS	RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	LUCROS ACUMULADO	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO 2012	7.785	2.122		1.787	3.239	1.126	11.505	0	0	27.549
- Ajuste procedimentos contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	(167)	(167)
- Remuneração sobre o Capital Próprio	-	66	-	-	-	-	-	-	66	66
- Realização Reserva p/Investimentos	-	-	-	-	-	-	(600)	-	-	(600)
- Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.720	1.720
- Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(159)	(159)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	65	-	-	(65)	-
- Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	787	-	(787)	-
- Reserva Incentivos Fiscais	-	-	-	-	542	-	-	-	(542)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2013	7.785	2.188	(14)	1.787	3.781	1.191	11.693	0	0	28.409
- Ajuste procedimentos contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Remuneração sobre o Capital Próprio	-	64	-	-	-	-	-	-	64	64
- Adiantamentos para aumento do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	1.606	-	1.606
- Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.412	1.412
- Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.220)	(1.220)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	78	-	-	(78)	-
- Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	114	-	(114)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2014	7.785	2.252	(14)	1.787	3.781	1.269	11.807	1.606	0	30.272

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SOCIETÁRIAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2014 e 31.12.2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma Sociedade Anônima, de capital fechado, titular de Concessão Federal para Geração de Energia Elétrica destinada a Serviço Público (PCH São Patrício) e de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os municípios de Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Nova Glória, Rialma, Rianópolis, Santa Isabel, Uruana, São Patrício e parte do município de Jaraguá, todos no Estado de Goiás. As atividades do Setor Elétrico são regulamentadas pelo Ministério de Minas e Energia - MME por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Com base no Decreto 1.717/95 e na Lei 9.074/95 o Ministro de Minas e Energia assinou Portaria, renovando a concessão por um período de vinte anos.

NOTA 2 - DAS CONCESSÕES

A Concessionária detém junto ao MME, as seguintes concessões:

a) Geração: Contrato 043/1999

Usina	Rio	Potência Instalada	Nº de Unidades Geradoras	Concessão	Termo Final da Concessão
Cachoeira do Lavrinha (São Patrício)	Rio das Almas	3,010	4	Decreto nº 85.814 de 16/03/1981	17/03/2041

Concessão de Geração: prorrogada por 30 anos de acordo com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 43/1999/ANEEL de 04/12/2012.

b) Distribuição: Contrato 044/99

Concessão, válida até 07 de Julho de 2015, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, atendendo atualmente a 33,3 mil consumidores, sendo 29,0 mil urbanos e 4,3 mil rurais. Atualmente a Companhia não atende consumidor livre.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 4. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.786-SFF/ANEEL, de 11/12/2014. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 09/04/2014.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores

Inclui o fornecimento de energia faturada e não faturada até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 6).

d) Estoques

Representado pelo saldo de materiais destinados a manutenção classificados no ativo circulante, e de materiais destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado; registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Despesas pagas antecipadamente

Estão representadas por valores relativos a variação da parcela "A", prêmio de seguros e adiantamento a fornecedores.

f) Imobilizado

Inclui os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade. Registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo, quando aplicáveis, juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Os ativos imobilizados foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e estão deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme definição do órgão regulador.

g) Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados, intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

h) Empréstimos e Financiamentos

Estão representados pelo valor principal da dívida, acrescido de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

i) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total do faturamento.

j) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

k) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Aplicações no mercado aberto	166	1.774
Contas bancárias à vista	233	358
Numerário em trânsito e caixa	805	717
Total	1.204	2.850

Contas bancárias à vista e numerário em trânsito e caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no mercado aberto: estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 6 - CONSUMIDORES

Fornecimento	2014		2013	
	Faturado	Não Faturado	Faturado	Não Faturado
Faturado	5.857	-	5.562	-
Não Faturado	-	2.445	-	2.126
Efeitos Regime Especial de Tarificação	10	-	10	-
Componentes Financeiros Diferidos	467	-	136	-
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(105)	-	(67)	-
Outros Créditos	(63)	-	51	-
Total	8.611	2.445	7.818	2.126

Consumidor - Classe	Saldo a Vencer		Saldo Vencidos até 90 dias	Saldo Vencidos há mais 90 dias	Total	
	Faturado	Não Faturado			2014	2013
Residencial	705	858	853	5	2.421	2.093
Residencial Baixa Renda	70	110	67	43	338	193
Industrial	502	272	357	40	1.171	723
Comércio, Serviços e Outras Atividades	351	586	401	68	1.406	1.185
Rural	170	268	225	54	717	513
Poder Público	249	141	196	160	746	744
- Federal	55	31	-	-	86	155
- Estadual	47	27	80	20	174	187
- Municipal	147	83	116	140	496	402
Iluminação Pública	261	105	279	485	1.130	1.990
Serviço Público	75	105	192	-	372	247
Serviço Taxado/Diversos	91	-	209	114	414	197
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(59)	-	(41)	(4)	(104)	(67)
Total	2.415	2.445	2.762	989	8.611	7.818

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Descrição	2014	2013
Residencial	45	27
Industrial	1	11
Comércio, Serviços e outras atividades	19	26
Rural	14	17
Poder Público	49	44
Diversos Créditos	1	6
Total	129	131

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.

NOTA 7 - CONVÊNIO RELUZ E BAIXA RENDA

	2014	2013
Termo de Convênio Reluz firmado CHESP/Prefeituras/Eletróbrás	24	23
Diferença Mensal de Receita Baixa Renda	140	218
Total	164	241

NOTA 8 - ATIVO FINANCEIRO - APORTE CDE

	2014	2013
Subvenção CDE para custear descontos tarifários	1.388	1.700
Subvenção CDE para custear redução tarifária	312	-
Total	1.700	1.700

NOTA 9 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2014		2013	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
ICMS s/Compras para Ativo Fixo a recuperar em até 48 parcelas	238	315	295	342
Imposto de renda e contribuição social	73	-	444	-
Incentivos fiscais	-	-	50	-
Outros	-	-	-	-
Total	311	315	789	342

NOTA 10 - ATIVO FINANCEIRO ATIVO INTANGÍVEL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final de concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de

concessão, o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade do serviço concedido, e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	2014	2013
Ativo Financeiro	25.976	22.816
Ativo Intangível	4.357	8.695
Total	30.333	31.511

Ativos Intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (Contratos de Concessão) e OCPC 05 (Contratos de Concessão), os Contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

NOTA 11 - PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

	Amortização	2014		2013	
		Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Verde	03/13 a 02/18	66	142	66	206
Prefeitura Municipal de Uruana	03/13 a 02/19	33	117	64	154
Prefeitura Municipal de Rialma	04/13 a 12/16	50	50	54	100
Prefeitura Municipal de Nova Glória	04/13 a 03/15	14	-	77	14
Prefeitura Municipal de Ceres	04/13 a 01/14	-	-	96	-
Prefeitura Municipal de Ceres - parcelamento 2014	12/14 a 11/19	223	806	-	-
Total		386	1.115	357	476

Prefeitura de Carmo Rio Verde

- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 1.015/05 de 16 de Junho de 2005, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referentes ao período de Junho de 2000 a Dezembro de 2004.

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Uruana

- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 996/2006 de 10 de maio de 2006, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica (R\$ 151) referentes ao período de Abril à Junho de 2004 e Termo de Convênio Reluz (R\$ 90);

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Rialma

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado judicialmente através do processo 200705102518, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2003 e 2004;

Prefeitura de Nova Glória

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2012 e fatura de prestação de serviço venciada em 2008;

Prefeitura de Ceres

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referente ao período de acordo de 2012;

NOTA 12 - SERVIÇOS EM CURSO

	2014	2013
- Serviço Próprio	688	2
ODS Serviço Próprio	1	2
ODS Aplicação de Recursos Plano Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	686	31
- Serviço Terceiros	31	34
Alienação/Desativação em Curso	31	34
- Total	773	70

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas ODSs.

NOTA 13 - OUTROS CRÉDITOS

	2014	2013
Título de Capitalização/Cheque em cobrança especial	154	118
Adiantamento a Empregados	-62	634
Energia Elétrica (Reserva)/Agentes Arrecadores/Termo confissão dívida	-	238
Subvenção CDE descontos tarifários/equalização	125	116
Partes relacionadas		



	2014	2013
Obrigações especiais		
Participação da União	102	102
Participação do Estado	712	712
Participação dos Municípios	257	257
Participação do Consumidor	7.767	7.467
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	3.438	3.446
(+) Participações e Doações - Reintegração Acumulada	(2.877)	(2.332)
TOTAL	9.399	9.652
Principais adições em obrigações especiais em 2014:		
- obras de distribuição com participação do consumidor	299	
- Devolução Recursos CDE recebidos no programa LPT	(8)	
TOTAL	291	
A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de Junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.		
NOTA 17 - FORNECEDORES		
Fornecedores		
	2014	2013
	Curto Prazo	Longo Prazo
Fornecedor de energia elétrica	4.318	3.802
Material e serviços	1.583	839
Total	5.901	4.641
NOTA 18 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		
Impostos/Contribuições		
	2014	2013
	Curto Prazo	Longo Prazo
ICMS	1.567	1.117
Imposto de Renda e Contribuição Social	707	263
INSS	146	127
PIS/COFINS	198	238
Outros	71	64
Total	2.689	1.809
NOTA 19 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		
CREDORES		
	2014	2013
	Juros	Encargos
	%	de dividendos
	Principal	Principal
	Circulante	Longo Prazo
	Divididos	Circulante
	Longo Prazo	Divididos
	Principal	Longo Prazo
	Circulante	Principal
	Longo Prazo	Circulante
Medida Nacional		
Eletrobrás-Contr. ECFS0043/2004	5,0 aa	79
Eletrobrás-Contr. ECFS152/2006	5,0 aa	38
Eletrobrás-Contr. ECFS205/2007	5,0 aa	44
Eletrobrás-Contr. ECF2596/2006	5,0 aa	5
Eletrobrás-Contr. ECF262/2009	5,0 aa	31
Eletrobrás-Contr. ECF0321/2011	5,0 aa	23
CEF/BNDES Contr.253684/0909	5,0 aa	2
CEF - Contr. 714-00001-82	5,5 aa	121
Banco Brasil-Cartão BNDES	10,0 aa	22
CEF-Cartão BNDES	10,0 aa	1
BB GIRO EMPRESA FLEX 45805697	16,9 aa	1
CONTR 8530910 BBD 03	16,9 aa	1
RELIGADORES	27,27 aa	2
CDC-Bradesco Financ.Veículo	17,15 aa	
Contr.003216770		
CDC-Bradesco Financ.Veículo	16,90 aa	
Contr.003322815		
CDC-BB Financ.Veículo		
Contr.04580713016,90aa		
CDC-Bradesco Financ.Veículo	16,90 aa	
3004061-2		
Itaú-GiroPréContr.75800541-7	1,1 am	7
CEDULA CREDITO		
CEF 08.1298.653.0000004/83	1,7 am	1
Total	14	1.813
	14	1.416
	14	2.360
	14	2.255
Em 31 de dezembro de 2014, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:		
Valor da amortização anual	2016	2017
INDEXADOR	TJLP	RGR
%	59,23	29,39
	Outros	TOTAL
	11,39	95
	100	1.416
Contrato	Aplicação	Encargos
		Atua-
		lização
		Período
		Amortização
		R\$ Mil
Eletrobrás ECFS-0043/04	Programa Luz para Todos	5,0%aa
Eletrobrás ECFS-152/2006	Programa Luz para Todos	5,0%aa
Eletrobrás ECFS-205/2007	Programa Luz para Todos	5,0%aa
Eletrobrás-Contr. ECF2596/2006	Programa Reluz	5,0%aa
Eletrobrás-Contr. ECF262/2009	Programa Reluz	5,0%aa
Eletrobrás ECFS-0321/2011	Programa Luz para Todos	5,0%aa
CEF/BNDES Contr.253684/0909	Expansão Sistema CHESP	5,0%aa
CEF - Contr. 714-00001-82	Financ. Transformadores	5,5%aa
Bradesco Contr. 8530910	Financiamento Religadores	27,27aa
Mutações de Empréstimos e Financiamentos		
Saldo em 31/12/2012		
Ingressos		
Amortização		
Transferências		
Saldo em 31/12/2013		
Ingressos		
Amortização		
Transferências		
Saldo em 31/12/2014		
NOTA 20 - CONCESSIONARIAS DE ENERGIA ELÉTRICA		
Referê-se à incorporação na base de remuneração da CHESP a Subestação Rialma (69/34,5kV), conforme Despacho ANEEL/SFF nº 2.576, de 16 de agosto de 2012, que anuiu com a desvinculação e alienação pela CELG-D à CHESP.		
NOTA 21 - ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER		
Encargos		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	46	24
Taxa de Fiscalização	8	7
Contribuição para Iluminação Pública - CIP	19	82
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - a aplicar	1.342	982
Total	1.414	1.095
NOTA 22 - INCENTIVOS FISCAIS		
São Incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás através da Lei nº 13.591 de 18 de Janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 2.265 de 31 de Julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:		
	2014	2013
Incentivos apurados no período de Out/11 a Set/12	653	653
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	102	102
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	755	755
A Companhia recebeu a título de antecipação do Projeto Produzir 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual.		
De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.		
NOTA 23 - PARTES RELACIONADAS		
	2014	2013
	Passivo	Resultado
	Passivo	Resultado
Serviços de Manutenção e Conservação no Sistema Elétrico	209	1.422
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações - ODI's - Diversas	83	57
Serviços prestados em Ordens de Desativações - ODD's - Diversas	15	6
Serviços prestados em Ordens de Serviço - ODS's Diversas	29	95
TOTAL	336	1.517
As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda - ENGESP, por serviços prestados por essa empresa à Companhia, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, assim registrados.		
No Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2014.		
No Resultado: refere-se a valores pagos ou a pagar a título de serviços de manutenção/conservação e ordens de serviços.		
NOTA 24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		
	2014	2013
	Quantidade	Valor da
	de ações	ação
	R\$	R\$
Ações ordinárias	3.035.335	2.56
Ações ordinárias em tesouraria	5.647	2.56
Total	3.040.982	7.785
Em 31 de dezembro de 2014 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) era de R\$9,95 (2013- R\$ 9,34).		
Reservas de Capital		
Agio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	2.252	2.188
Reserva de Incentivos Fiscais	3.647	3.647
Outras reservas de capital	134	134
Total	7.820	7.756
Reservas de Lucros		
Reserva legal	1.269	1.191
Reserva para investimentos	11.806	11.891
Total	13.075	12.882
Recursos destinados a aumento do capital social		
Adiantamento para futuro aumento do capital social	1.606	-
Total	1.606	-
A Reserva Legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social.		
A Administração da Companhia encaminhará proposta para transferência de R\$ 114 da conta de Lucros Acumulados para a conta de Reserva para Investimentos para fazer frente às necessidades de investimentos com recursos próprios.		
Recursos destinados a aumento do capital social - valores aportados por acionistas controladores para futuro aumento do capital social		
NOTA 25 - DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		
	2014	2013
Lucro líquido do exercício	1.412	2.983
(-) Líquido de Incentivos Fiscais	-	(542)
(-) Constituição de reserva legal	(78)	(65)
Lucro líquido ajustado	1.334	2.376
Dividendos propostos	352	159
(+) Dividendos intermediários	(1.219)	-
(-) Juros sobre capital próprio pagos	-	(1.263)
NOTA 26 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
A Companhia optou pela tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro presumido para o ano de 2014. Dessa forma aplicou sobre o montante de suas receitas os percentuais estabelecidos pela legislação tributária para determinação da base de cálculo desses impostos. Sobre esta base, aplicou a alíquota de 15%, mais adicional de 10%, para Imposto de Renda, e 9% para Contribuição Social.		
NOTA 27 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS		
A Companhia reconheceu no resultado do exercício o montante de R\$ 157 (2013 - R\$ 131), a título de participação de diretores e empregados.		

NOTA 28 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE						
	PRODUÇÃO		DISTRIB./COMERC		TOTAL	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL						
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	55.789	48.781	55.789	48.781
Outras Receitas	-	-	4.279	1.792	4.279	1.792
Total	-	-	60.068	50.573	60.068	50.573
(-) Dedução à Receita Operacional						
ICMS	-	-	(15.237)	(13.369)	(15.237)	(13.369)
PIS	-	-	(393)	(526)	(393)	(526)
COFINS	-	-	(1.812)	(2.454)	(1.812)	(2.454)
ISS	-	-	(6)	(6)	(6)	(6)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(370)	(385)	(370)	(385)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(416)	(334)	(416)	(334)
Pesquisa Desenvolv. e Eficiência Energética	-	-	(18.234)	(17.093)	(18.234)	(17.093)
Total	-	-	41.834	33.480	41.834	33.480
Receita Operacional Líquida						
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA						
Custo com Energia Elétrica	-	-	(22.060)	(16.782)	(22.060)	(16.782)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(22.060)	(16.782)	(22.060)	(16.782)
CUSTO DE OPERAÇÃO						
Pessoal e Administradores	(618)	(639)	(7.024)	(7.093)	(7.642)	(7.732)
Material	(56)	(51)	(710)	(687)	(766)	(738)
Serviço de Terceiros	(217)	(279)	(2.738)	(2.582)	(2.955)	(2.861)
Depreciação e Amortização	(14)	(9)	(1.505)	(1.416)	(1.519)	(1.425)
Provisão para Créditos Líquidação Duvidosa	-	-	(49)	(31)	(49)	(31)
Outras Despesas	(43)	(35)	(737)	(874)	(780)	(909)
Total	(948)	(1.013)	(12.762)	(12.743)	(13.710)	(13.756)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros						
DESPESAS OPERACIONAIS						
Despesas com Vendas	-	-	(788)	2.351	(788)	2.351
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	(443)	(33)	(443)	(33)
Total	-	-	(1.231)	2.318	(1.231)	2.318
Receita de construção da infraestrutura da concessão	-	-	3.734	3.734	3.734	3.734
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	-	-	(3.734)	(3.734)	(3.734)	(3.734)
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas						
Total	(3)	(3)	48	9	45	6
RESULTADO DO SERVIÇO						
RECEITA (DESPA) FINANCEIRA						
Receitas Financeiras	10	66	986	1.092	996	1.158
Despesas Financeiras	(50)	(177)	(1.469)	(3.083)	(1.519)	(3.260)
Total	(40)	(111)	(483)	(1.991)	(523)	(2.102)
RESULTADO OPERACIONAL						
LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL						
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(991)	(1.127)	4.852	3.937	3.861	2.810
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA						
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(991)	(1.029)	4.081	3.573	3.090	2.550
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES						
PARTICIPAÇÕES	(991)	(743)	2.560	2.594	1.569	1.851
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO						
REVERSÃO DOS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO	(995)	(746)	2.407	2.466	1.412	1.720
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO						
Total			1.412	1.263	2.983	2.983
NOTA 29 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FORNECIMENTO FATURADO						
			Nº de Consumidores	KWh	Receita	
			2014	2013	2014	2013
CLASSE						
Residencial	26.209	25.450	41.215	38.540	23.349	20.457
Industrial	94	210	15.727	14.935	6.610	6.014
Comercial	2.997	2.784	20.051	18.908	11.776	10.423
Rural	4.314	4.274	17.527	16.314	5.959	4.947
Poder Público	439	437	5.543	5.187	3.093	2.746
Iluminação Pública	31	31	9.256	8.901	2.629	2.270
Serviço Público	64	63	4.565	4.632	1.953	1.721
Consumo Próprio	15	14	206	193	-	-
Fornecimento Faturado	34.163	33.263	114.090	107.610	55.389	48.578
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	-	161	(124)
Quotas CCEE	-	-	-	-		